



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 20.301/17

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente do Instituto de Seguridade Social do Município de Patos, Sr. Ariano da Silva Medeiros**, concedendo Pensão por morte da servidora **Sra. Ana Maria Medeiros da Silva**, matrícula nº 2650, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, tendo como beneficiário o **Sr. José Uilson Alves Filgueira**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Conselheiro - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a **Sra. José Uilson Alves Filgueira**.

É o voto!

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Conselheiro - Relator



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 20.301/17

Objeto: Pensão

Beneficiário: **José Uilson Alves Filgueira**

Servidor (a): **Ana Maria Medeiros da Silva**

Órgão: **Instituto de Seguridade Social do Município de Patos**

Gestor Responsável: **Ariano da Silva Medeiros**

Procurador/Patrono: Não há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 377/2020

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 20.301/17**, referente à concessão de Pensão por morte da **Sra. Ana Maria Medeiros da Silva**, matrícula nº 2650, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, tendo como beneficiário o **Sr. José Uilson Alves Filgueira**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo [Portaria nº 001/2018], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa, 05 de março de 2020.

Assinado 5 de Março de 2020 às 12:31



**Cons. Antônio Gomes Vieira Filho**  
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 5 de Março de 2020 às 12:56



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO